

ou o núcleo de capitéis bizantinos leoneses de Escalada ou la Cogolla, entre outros templos, para além de um conjunto alargado de objetos de sumptuários.

O segundo aspeto a realçar é a origem dos modelos que estão na base deste singular tipo de iconografia. Para o caso de Lisboa, núcleo mais estudado, os modelos mais fiéis encontram-se em tecidos bizantinos. Por várias vezes tenho-me referido à importância de peças do século X expostas no Cooper-Hewit Museum de Nova Iorque e no Diöcezanmuseum de Passau, Alemanha. Para outros núcleos, o estudo de paralelos formais não está tão avançado e ainda não foi possível identificar obras de fabrico oriental contemporâneas que tenham estado na base destas realizações. No entanto, as semelhanças para com realizações bizantinas, islâmicas e até peninsulares – em concreto o tratamento miniatural dos corpos dos animais, com realce das suas características fisionómicas e a sistemática posição de perfil heráldico da fauna representada – são evidentes e assumem-se como imagem de marca de uma corrente artística de largo espectro, activa entre os séculos VIII e XI e que está presente em muitos pontos de uma Europa unida pelo Mediterrâneo.

5. Menção, Símbolo e Memória: Estratégias escatológicas dos Infâncias Moçárabes de Entre-Douro-e-Minho e o *Livro Velho de Linhagens* (séculos X - XIII)

António Rei

5.1. Introdução

Menção é recordação. É trazer à mente a imagem de algo ou alguém. Geralmente a menção surge associada, ou é o passo exatamente anterior, à evocação; ou seja, quando o que surgiu na mente de alguém é declarado, é pronunciado, passando a ser algo que se tornou público; do declarante, porque o transmitiu, e dos auditores porque lhes foi transmitido.

A linguagem é um conjunto sonoro simbólico e identitário, e nele se guardam, por ele se evocam valores comuns a um grupo humano que partilha uma memória comum: uma identidade, uma história.

5.1.1. A cultura oral medieval

A razão do atrás referido, justifica-se pelo facto, a ter em conta quando se aborda a cultura medieval, de que, de uma forma geral, até ao século XIII, e principalmente a cultura alto-medieval, se trata de uma cultura essencialmente oral.

Por exemplo, muitos clérigos sabiam os ritos litúrgicos apenas de cor, e mesmo os famosos copistas, guardiães de tanta informação que passou da Antiguidade à Modernidade por intermédio das suas mãos, apenas sabiam copiar o texto matriz para uma nova cópia. Dificilmente conseguiriam lê-lo, e muito menos entendê-lo. O nível de literacia era mínimo. Os próprios trovadores produziam o seu elenco e guardavam-no de memória. Daí o facto de apenas se conhecer uma ínfima parte de tudo o que foi produzido, só algo do que chegou a ser, mais tarde, registado por escrito.

5.1.2. As linhagens de Infâncias moçárabes

A realidade que vamos aqui abordar, relativa às memórias senhoriais dos Infâncias de Entre-Douro-e-Minho, designadamente, os da Maia, os de Sousa ou Sousões; os de Bragança ou Braganções; os de Baião ou Baiões; e os Gascos ou de Riba Douro²¹², já se situa numa época que podemos considerar de charneira, quando ocorre a viragem do oral para o escrito. O facto de muitas memórias oriundas e ou ligadas aquelas linhagens terem sido recolhidas e redigidas dando origem ao mais antigo nobiliário português, e um dos mais antigos da Europa, o *Livro Velho de Linhagens*, é prova, por si mesma, de que o tempo da oralidade, que dera corpo a uma outra cultura, onde brilharam muitas canções de gesta e composições trovadorescas, já estava ficando para trás²¹³.

O contacto já desde há meia década com aquelas linhagens, em especial por via do *Livro Velho de Linhagens*, fez-nos constatar que existem sinais que apontam para uma moçarabização da realidade social dos primórdios das linhagens tratadas na obra²¹⁴. Aculturação aquela que não foi apenas o produto de um longo período, de cerca de meio milénio, de contacto cultural e comercial com os andalusis do sul, quer fossem muçulmanos, quer judeus ou mesmo cristãos, mas, precisamente porque aquela proximidade teve todo o tipo de contornos e transações entre uns e outros, a mescla foi também biológica. É um dos pontos base até da redação do *Livro Velho de Linhagens* é precisamente o de proclamar a ascendência árabe que aquelas Cinco Linhagens de Infâncias tinham por intermédio dos Senhores da Maia²¹⁵.

²¹² Sobre as cinco linhagens portugalenses, v. J. Mattoso, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*, Lisboa, Guimarães & C^a. Editores, 1982; *Idem*, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*, 2^a.ed., 2 vols., Estampa, 1985, em especial o vol. I, passim; *Idem*, *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*, 4^a. ed. revista, Estampa, 1994. Mais recentes e centrados em apenas uma das linhagens: Odília Gameiro publicou *A Construção das Memórias Nobiliárquicas Medievais. O passado da linhagem dos senhores de Sousa*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000; e em 2004, José Carlos Soares Machado, *Os Braganções. História Genealógica de uma Linhagem Medieval (séculos XI a XIII)*, Lisboa, Associação Portuguesa de Genealogia, 2004. Ainda de forma geral sobre todas estas linhagens, v. José Augusto de Sottomayor Pizarro, *Linhagens medievais portuguesas. Genealogias e estratégias (1297-1325)*, Porto, Universidade Moderna, 1999, passim.

²¹³ Dizemos “estava ficando” porque as trovas e os trovadores ainda vão coexistir algum tempo com a prevalência do escrito sobre o oral. Sobre o mundo trovadoresco português nesta época de viragem, ver, António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e a recolha dos séculos XIII e XIV*, Fac. Letras da Universidade Clássica de Lisboa, 1992, Tese de Doutoramento, policop.

²¹⁴ Cf. José Mattoso oscilou na direção da moçarabização dos Infâncias, mas escorou a sua dúvida no facto de o domínio político-militar islâmico a norte do Douro ter sido muito breve (V. *Idem*, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*, ..., p. 39). Sabe-se, no entanto, que, desde sempre, os fluxos culturais e comerciais ultrapassam, sempre, as fronteiras políticas. Estas não podem conter aqueles. Por exemplo, no episódio da Lenda da Gaia, onde o rei Ramiro se dirigir à serva moura, que encontrou junto ao poço, “pela aravia”. No norte cristão saberiam árabe o suficiente para se comunicarem oralmente, e de forma satisfatória, com os do sul.

²¹⁵ Sobre este tópico da ascendência árabe das Cinco Linhagens de Infâncias e suas problemáticas, v. António Rei, «Ascendência árabe nas Linhagens do *Livro Velho* / Arabic ascendancy in the *Livro Velho* lineages», in *Revista Diálogos Mediterrânicos* (www.dialogosmediterraneos.com.br) Número 4 – Junho / 2013, pp. 131-141; e *idem*, «Da Ascendência Árabe dos Senhores da Maia (séculos X - XIII).

Aquela nobreza portugalense, com origens que remontam até aos séculos IX e X²¹⁶, e que coexistia, sem grandes dramas, com os cristãos ástures e navarros do norte e com os muçulmanos do sul, assumia assim, manifestamente, a sua condição “moçárabe”, que mais do que apenas cultural, era, também e principalmente, biológica.

Tudo mudou quando, na segunda metade do século XI, os ventos da Borgonha e de Cluny irromperam na Península, insinuando-se junto da monarquia castelhano-leonesa, por intermédio de princesas poderosas e de monges convictos. E a Casa Real portuguesa seria, também para os Infanções, uma consequência direta daquela investida franca: Henrique de Borgonha, pai da dinastia, era sobrinho de Bernardo de Clairaval, abade de Cluny.

5.1.3. O *Livro Velho de Linhagens*

É um dado adquirido de que o *Livro Velho de Linhagens* terá sido redigido no Mosteiro de St^o. Tírso, e que a sua composição terá decorrido entre cerca de 1285 e 1290, a mando de Martim Gil de Riba de Vizela, senhor que assumiu a herança simbólica e linhagística dos Senhores da Maia, que lhe vinha por sua mãe, a primogénita do último daqueles Senhores²¹⁷.

O *Livro Velho de Linhagens* é também a expressão literária de um manifesto de revolta²¹⁸, onde os membros daquela velha nobreza portugalense dos Infanções fizeram, simbolicamente, a defesa da sua condição, claramente em perigo, e das suas linhagens, as quais estavam ficando seriamente ameaçadas com a perda de riqueza, poder, protagonismo e extinção biológica por varonia legítima.

Aquela obra é o último sinal, o testemunho derradeiro de um tempo, de uma cultura de traços senhoriais, feudais e rurais, no momento em que a mesma está sendo definitivamente substituída por uma cultura régia, cortesã e urbana.

5.2. Valores

5.2.1. Solo, sangue, lealdade e bravura

Os mais antigos valores que identificam estas linhagens são a função guerreira, a ocupação de um espaço em consequência daquela função, e, mais tardiamente o exercício de algumas funções a mando dos monarcas de Astúrias-Leão²¹⁹.

Novos dados», in *Raízes & Memórias*, nº 30, Lisboa, Associação Portuguesa de Genealogia, 18 pp., no prelo.

²¹⁶ As linhagens que apresentam origens mais antigas remontam, os de Sousa ao século IX, e os da Maia ao século X.

²¹⁷ Sobre Martim Gil (I) de Riba de Vizela, v. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, II vols., Coimbra, FLUC, Dissertação de Doutoramento, 1992, policop.; J. Mattoso, «Livros de Linhagens», in *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Ed. Caminho, 1993, pp. 419-421; A. Rei, «Os Riba de Vizela, Senhores de Terena (1259-1312)», *Callipole* 9 (2001), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 13-22, para aquele senhor, especialmente pp. 17-19.

²¹⁸ O “Livro Velho” [...] Afirma-se como texto de combate ideológico, como manifesto da sociedade senhorial”, Luís Krus, *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)*, Lisboa, FCG / JNICT, 1994, p. 70, n. 60.

²¹⁹ Cf. J. Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros...*, pp. 39-40.

A condição guerreira (*bellatores*) era, então, a base da condição nobre. Uma marca distintiva daquela realidade era a prerrogativa de que só o nobre podia usar espada e montar a cavalo. A condição de nobreza, quando herdada, deveria ser mantida e aumentada pela descendência, continuando a serem leais aos seus monarcas, e expandindo os territórios, os seus e os do reino, lutando contra os inimigos do rei: os traidores internos e os inimigos externos.

Para qualquer linhagem a base territorial era primordial. E nela a torre ou o castelo, seu local de residência, e que viria constituir uma primeira referência espacial para os seus descendentes, e simbólica para a memória familiar e linhagística. Eles eram dali, e não de qualquer outro sítio. Esta tomada de consciência e de identidade, ligada ao território que dominavam, conduz-nos ao ponto seguinte, e que foi o facto de, em muitos casos, como analisaremos adiante de forma mais desenvolvida, do nome da terra ter saído o nome que passou a identificar a linhagem.

Mas o prestígio e o poder de uma linhagem não se via, apenas, pelo seu poder bélico; a *nobilitas* também se “acrescentava” pelo que lhes vinha pelas mães, pelas linhas femininas, através de casamentos com mulheres de outras linhagens também assinaladas (*insignes*), e pela ligação que a linhagem tinha com os espaços sagrados, na época, geralmente, os mosteiros.

5.2.2. Sacralização, oração e padroado

Quando conseguiam a posse efetiva de um território, mercê de conquista, ou ocupação (a “presúria”), ou de doação régia (aquelas mais prestigiantes que esta), era facto comum que Senhores daquelas linhagens, nalguns casos logo mesmo nas primeiras gerações, procurarem fundar um mosteiro, ou, no mínimo, procurarem adotar um determinado mosteiro pré-existente, que ficava sob a sua proteção ou padroado²²⁰.

Eram os monges dos mosteiros de que aqueles Senhores eram padroeiros, quem tinha a função de rezar por todos eles, os seus patronos: os que eram, os que o tinham sido, e os que viriam a ser.

O mosteiro registava, também, por escrito, em forma analística, os factos mais dignos de relevo de um determinado ano, entre os quais os nascimentos, os matrimónios e os passamentos dos seus Padroeiros.

Nalguns casos, alguns filhos segundos e terceiros das linhagens senhoriais enveredavam também pela carreira eclesiástica, chegando a abades e a bispos, conseguindo para os seus parentes proteções mundanas, para além de prometidas graças espirituais e prestígio para a sua própria linhagem, tanto maior quanto maior a fama de santidade que granjeassem.

Com o tempo, aqueles locais sagrados, especialmente vinculados a uma linhagem e à preservação da memória da mesma, foram-se transformando no local de inumação dos membros daquela família.

²²⁰ Entre esses mosteiros temos, como principais para cada uma das Cinco Linhagens: da Maia, o de Santo Tirso (fundado por Abolazar Lovesendes em 978); para os de Sousa, o de Pombeiro; para os Gascos ou Riba Douro, o de Pendorada; para os de Baião, o da Várzea; e para os de Bragança, o de Castro de Avelãs (v. J. Mattoso, *Identificação de um País ...*, vol. I, respetivamente, pp. 178-180, 160-161, 168-169, 172, e 188). Várias daquelas linhagens tiveram padroados em outros mosteiros, mais ou menos importantes, mas que não iremos aqui elencar (*Ibidem*, pp. 160-190).

5.2.3. A Terra e o Nome

A partir do século X, e prolongando-se pelo século XI, em função de um conjunto favorável de fatores, ocorreu uma expansão demográfica em toda a Europa.

O aumento do número de pessoas fez com que a forma onomástica até então usada, a qual apresentava a mais das vezes apenas o nome próprio e o patronímico, se tornasse escassa para identificar indivíduos cujo conjunto onomástico nome-patronímico era exatamente igual.

Se a este facto juntarmos que a partir de meados do século XI as ações guerreiras que envolviam membros das famílias de Infanções começaram a decorrer cada vez mais longe dos limites dos seus domínios, a forma para mais exatamente se identificarem começou a incorporar o nome das suas terras, dos seus domínios, do seu solar, do solo matricial da linhagem²²¹.

5.2.4. Nome - Símbolo

Desta forma começaram a surgir o que se chamou de “nomes de família”, e que se mantiveram, geralmente, inalterados nas linhas principais. Linhas secundárias, colaterais e / ou ilegítimas passaram, em alguns casos, a usar nomes de família que derivaram de alcunhas ou de outros onomas identificativos²²².

No início do século XII, todas estas linhagens já usavam os nomes dos seus domínios como nomes de família. Desta forma os nomes dos domínios tornaram-se os nomes da linhagem, que os seus membros passaram a usar, como identificativos e vínculos de memória relativamente a espaços, que poderiam agora passar a ser designados, genericamente, como “solares”.

Para onde quer que fossem, onde quer que estivessem, o seu nome de família evocava uma região, um passado, uma memória original comum a toda a descendência que usava aquele mesmo nome.

O Nome de Família tornou-se num símbolo, numa marca identitária, que reúne, metaforicamente todos aqueles que o usam, mesmo quando já não muito próximos no parentesco.

5.2.5. Símbolo do Nome

Mas as necessidades de identificação daqueles Senhores aumentavam, e apenas o nome, também porque mais disseminado com o passo das gerações, já não era o

²²¹ Sobre a evolução de mecanismos identitários da nobreza hispânica medieval (onomástica e heráldica), v. Bernardo Vasconcelos e Sousa, «Identidade e Auto-Representação da Nobreza Medieval Portuguesa (sécs. XIII-XV)», in *Actas do 3.º Congresso sobre a Casa Nobre*, CM Arcos de Valdevez / Casa das Artes de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 27-33, *passim*; Augusto Ferreira do Amaral, «Chefe de Linhagem e do Nome e Armas», in *Actas do 3.º Congresso sobre a Casa Nobre*, CM Arcos de Valdevez / Casa das Artes de Arcos de Valdevez, 2013, pp. 109-114, *passim*; Luis Valero de Bernabé y Martín de Eugenio, «Semejanzas y diferencias entre la heráldica lusa y la española», *Actas do II Seminário Ibérico de Heráldica*, Académie Internationale d'Héraldique, Madrid, 2010, pp. 83-104, pp. 84-85.

²²² Apenas alguns exemplos: os *Leitão* e os *Freitas* são colaterais, ambos por varonia; os *Continho* e os *Tavares* são colaterais, o 1º por varão e o 2º por fêmea; os *Melo* são um ramo ilegítimo dos Riba de Vizela; os *Coelho* um ramo ilegítimo dos Riba Douro. Sobre estas relações familiares e outras v. Afonso Zúquete (2000), *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, 4ª ed., Lisboa, Ed. Zairol, 2000.

suficientemente evocador para abrir algumas portas, nem para continuar a garantir, tacitamente, certas honras e privilégios.

Assim, a partir do século XII, quer nos meandros bélicos, quer nas delimitações dos seus domínios (cada vez mais cercados por outros pequenos e mais recentes senhorios), quer em alguns documentos escritos, que sendo escassos se tornaram cada vez mais importantes e probatórios, foi-se tornando necessária a adoção de uma sinalética visual. Começou-se a generalizar, portanto, o uso de sinais próprios, que só os daquela linhagem usavam, e, que em virtude daquela exclusividade, os identificava. Uma bandeira, um marco de delimitação de terras ou um selo num documento, surgiam carregados de uma mesma e constante simbologia que indicava, sempre, uma mesma gente, ou, eventualmente até, uma mesma pessoa.

Num mundo em que dominava o analfabetismo, a marca iconográfica, grafada ou epigrafada, fornecia uma informação que até os mais simples conseguiam decodificar²²³.

Aquela realidade, que cada Senhor então adotou, ou assumiu, de *per se*, insere-se no que hoje designamos de Heráldica.

5.3. Estratégias

5.3.1. Evocação e memória vs. Silêncio e esquecimento

Numa cultura onde a marginalização também se exprimia pelo silêncio, o eterno silêncio *post mortem* era a expressão da máxima condenação às trevas do esquecimento.

Daí a importância de que cada família, ou linhagem, tivesse os seus religiosos, que re-ligavam, constantemente, a ponte entre as criaturas e a divindade, por um lado; e entre os vivos e os mortos, por outro, em especial os “seus” mortos, os seus antepassados.

Os monges eram portadores de um poder de dupla face: convocavam as bênçãos divinas sobre os seus patronos; mas também, e quando tal se fazia absolutamente necessário, invocavam maldições sobre os inimigos ou sobre todos os que se opusessem, de alguma maneira, aos seus protetores²²⁴.

5.3.2. Linhagem e memória monástica

Nos aniversários dos patronos falecidos eram rezados os respetivos ofícios divinos e evocada a linhagem de antepassados, ao mesmo tempo que eram pedidas bênçãos sobre a descendência. Os membros vivos da linhagem deviam, quer aos falecidos, quer a todos os vivos, a sua presença naqueles ritos de comemoração. Era um dos momentos onde a noção de grupo, de clã, se fazia notar, contribuindo para revivificar aquela mesma noção.

²²³ Sobre a importância comunicativa, numa sociedade analfabeta, dos símbolos que eram inseridos nos numismas em circulação, que se alteravam de reinado para reinado, precisamente para que os súbditos reconhecessem os signos do novo monarca, v. Maria José Pimenta Ferro Tavares, «A moeda medieval como fonte para a História das Mentalidades», in *Estudos de História de Portugal*, vol. I – sécs. X-XV. *Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Estampa, 1982, pp. 327-342.

²²⁴ Sobre esta dupla função dos monges, v. José Mattoso, «Liturgia Monástica e Religiosidade Popular na Idade Média», in *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Estampa, 1987, pp. 183-190.

O alargamento do panteão tornava obrigatória a redação de róis onde figuravam os nomes dos falecidos da linhagem patronal. Todos deveriam ser evocados, não ficando ninguém condenado ao esquecimento, pelo que aqueles róis deveriam ser, o mais exaustivos possível.

Se, como vimos atrás, todas (ou quase todas) as linhagens de Infâncias tiveram os seus panteões nos mosteiros do seu padroado, os mesmos mosteiros teriam os seus róis de falecidos. Esses Róis de Aniversários, bem como os Anais Monásticos, recolha dos factos importantes de cada ano, terão sido fontes para obras posteriores, mais volumosas e de cariz diferente e mais abrangente.

5.3.3. Linhagem e memória social

Estas outras obras foram os chamados *Livros de Linhagens*, e que em muito se terão valido daquelas outras fontes monásticas para a sua composição. Mas se aquelas fontes monásticas tinham uma função estruturante dentro da construção da memória de uma linhagem e da sua evocação, os *Livros de Linhagens* acabaram por comportar, também, essa vertente das memórias linhagísticas, ainda que não apenas circunscritas ao universo religioso e da própria descendência. Assumira, também, e manifestamente, uma função social e política, além de histórica.

Assim, o *Livro Velho de Linhagens* guardou as memórias das Cinco Linhagens de Infâncias, não apenas enquanto manifesto socio-político daqueles Senhores contra a centralização régia, mas também como uma fonte histórica preferencial no que respeita aqueles Senhores que durante cerca de dois a três séculos dominaram no Entre-Douro-e-Minho e mais para sul, entre Douro e Mondego. Nele constam nomes, não todos, como sabemos, que pela sua evocação e perpetuação da memória, foram preservados do anátema do esquecimento.

Se os da Maia-Riba de Vizela conseguiram este desiderato, de preservar para o futuro, através da composição desta obra ímpar na genealogia europeia medieval, os nomes e informações relativas aos seus antepassados e colaterais, também como um enorme rol de mui antiga fidalguia, há um outro caso que não podemos deixar de referir, porque diferente e, de alguma forma, complementar.

5.3.4. Linhagem e símbolo

Vejamos, como exemplo e, simultaneamente, como a manifestação mais precoce da heráldica senhorial portuguesa, o túmulo de D. Gonçalo Mendes de Sousa, sito no Mosteiro de Alcobaça.

Ainda queremos deixar aqui exarado algo relacionado com este Senhor de Sousa. Temos a suspeita de que ainda na primeira metade do século XIII, após 1230, e a mando daquele mesmo D. Gonçalo Mendes de Sousa, terão começado, no Mosteiro de Pombeiro, a organizar e compilar informação genealógica que iria servir para compor uma obra escrita sobre a sua linhagem²²⁵. Atendo-se aquela obra a

²²⁵ Sobre a composição de uma obra linhagística relativa aos Senhores de Sousa, no Mosteiro de Pombeiro; ou, ao menos, à existência naquele cenóbio de materiais prévios à composição de uma obra daquela natureza, encontrámos uma suspeita em José Mattoso (*Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros* ..., p. 104); uma outra, mais ou menos coeva, em Luís Krus, («A vivência medieval do tempo», in *Estudos de História de Portugal, vol. I – sécs. X-XV. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, Lisboa,

uma só linhagem, obedecia, portanto, a uma lógica distinta da da composição do *Livro Velho*, que, cerca de meio século mais tarde, procurou articular todas aquelas Cinco Linhagens, embora tendo como tronco a linhagem da Maia e o fator prestigiante de uma ascendência árabe omíada que chegava às outras quatro linhagens precisamente por intermédio dos da Maia.

Mas voltando ao túmulo em Alcobaça.

É o primeiro e mais antigo túmulo senhorial armoriado português. Nele e no seu entorno, surgem profusamente as cadernas de crescentes, que se tornaram na insígnia linhagística dos de Sousa, e uma daquelas representações surge mesmo na gualdrapa da montada de um cavaleiro.

D. Gonçalo Mendes de Sousa não só foi dos primeiros Senhores a resistir à centralização por via das *Inquirições* ordenadas pelo rei D. Afonso II, como teve uma clara noção de que fazia falta ganhar poder simbólico e prestigiante para os seus²²⁶. Para tal, ordenou a elaboração daquela obra genealógica que exaltaria a linhagem dos de Sousa, e na qual eles remontavam, por linha feminina, aos Senhores Visigodos que dominavam no entre Douro e Tejo (em cujo coração estava Coimbra, coincidentemente ou não, então a cidade sede da monarquia), e que chegaram ao trono de Toledo, sendo o primeiro o rei Wamba²²⁷.

E, porque aquela obra, ou nunca chegou a ser escrita, ou foi usada sem ser referida, ou porque se terá perdido, o que de mais significativo subsistiu da ação simbólica deste Senhor de Sousa foi o assumir, pela primeira vez, e logo de forma categórica, das armas dos de Sousa, com as quais mandou ornar o seu próprio túmulo.

Naquele símbolo plasmou, para sempre, as ações heroicas dos seus antepassados, ao alargarem os seus próprios domínios e no «filhar o reino de Portugal»²²⁸. E legou-o aos descendentes. Ainda hoje, muitos seus descendentes, pela linha com a varonia de D. Afonso Dinis, têm nas suas armas aquela caderna de crescentes de prata, em campo vermelho²²⁹. As mais antigas armas senhoriais de Portugal.

Estampa, 1982, pp. 343-355, p. 349) e uma outra, posterior, e mais elaborada textualmente em Odília Gameiro (*A Construção das Memórias Nobiliárquicas Medievais. O passado da linhagem dos Senhores de Sousa ...*, p. 65 e n. 243). Recentemente, ao elaborarmos uma comunicação sobre os Condes de Coimbra no século VIII, e ainda sem conhecimento daquelas formulações emitidas por aqueles três investigadores, encontramos na obra de Manuel Felgueiras Gayo, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, que o capítulo relativo aos «Barbosas» tem início nos reis visigodos, e destes passa aos Condes de Coimbra no século VIII, antes de chegar aos Barbosas. E coloca o epónimo dos de Sousa, Soeiro Belfager a casar com a filha de um daqueles Condes. Tendo as linhagens Barbosas e Sousas ligações ao Mosteiro de Pombeiro, dali provirá aquele rol genealógico, do qual, antes de chegar às mãos de Felgueiras Gayo, poderá ter servido, no século XVII, a Fr. Bernardo de Brito, diretamente ou em cópia, a compor a *Monarchia Lusitana*. Aquelas três suspeitas, parecem, pois, plenamente justificadas.

²²⁶ Cf. Odília Gameiro, *ob. cit.*, pp. 22-23.

²²⁷ Cf. António Rei, «Os condes de Coimbra do século VIII. Ascendências e descendências», in *Actas do III Colóquio Internacional sobre Moçárabes: Coimbra e o seu espaço: terra de moçárabes (séculos VIII – XII)*, no prelo.

²²⁸ Os Infanções foram as cabeças de elites regionais que se fizeram a si mesmos: “Pode-se dizer, talvez em termos muito gerais, que os condes e magnates devem tudo ao rei. Os outros nobres [Infanções], devem tudo a si mesmos” (J. Mattoso, *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros ...*, p. 43).

²²⁹ Ver «Sousa (de Arronches)», in A. Zúquete, *Armorial Lusitano ...*, pp. 510 - 511.

5.4. Sem concluir

Os panteões, os róis de aniversários primeiro e os Livros de Linhagens mais tarde, e as insígnias, a heráldica familiar, tudo fez parte de estratégias de evocação da *virtus* e da *nobilitas* dos antepassados, e para que a sua memória se não perdesse nas trevas do esquecimento.

O mosteiro-panteão foi, depois do castelo, o lugar simbólico da memória da linhagem. Nele estavam, sepultados e eram evocados os falecidos, nos dias dos seus aniversários. O facto de serem evocados e invocados, em determinadas datas importantes para a memória coletiva, era trazê-los, de novo, para mais próximo dos seus descendentes, e de se sacralizar, uma vez mais, aquela diacronia biológica, humana e grupal chamada de *linhagem*, em que todos se entendiam como do mesmo sangue, descendendo de um antepassado comum.

Serem recordados era serem momentaneamente devolvidos à vida, através da descendência que os não esquecia. Eles não eram olvidados, logo nunca morreriam completamente, não se extinguiriam no silêncio eterno do esquecimento, a condição mais temida, equivalente de uma excomunhão da comunidade dos crentes. E os seus descendentes conheciam-se e reconheciam-se, por deles descenderem.

O registo escrito das *Linhagens nos Livros* preservou aquilo que a memória humana acabaria, fatalmente, por vir a esquecer. E o símbolo heráldico conseguiu sintetizar numa imagem toda uma memória: tudo o que eles foram, e aqueles antes deles, e a mensagem que passou para os que depois deles vieram, não importava se de forma legítima ou ilegítima, por linha masculina ou feminina. Que, aos olhos de Deus, todos eles, os que antes deles vieram, e os que depois lhes sucederam, sejam sempre dos melhores e, como diziam as instituições vinculares, *para todo o sempre até ao fim dos tempos*.